



Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2017



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
Goiânia, 18 de Dezembro de 2017.



Sumário

1. Introdução.....	3
2. Composição.....	5
2.1. Deputados Membros.....	5
2.2. Equipe Técnica.....	8
3. Atribuições.....	8
4. Reuniões Ordinárias.....	9
5. Projetos de Lei.....	10
5.1. Projetos de lei relatados.....	10
5.2. Projetos de lei apresentados.....	10
6. Audiências Públicas.....	13
6.1. Regularização fundiária da Fazenda Monjolo, em Turvelândia.....	14
6.2. Regularização das escrituras do Residencial Valéria Perillo, em Senador Canedo.....	16
6.3. Projeto de lei que cria o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO).....	18
6.4. Regularização fundiária do Residencial Santa Marta, em Goiânia.....	20
6.5. Regularização fundiária do Residencial Morada Nova, em Anápolis.....	22
6.6. Regularização dos imóveis do Residencial Real Conquista, em Goiânia.....	23
7. Reuniões.....	25
8. Encaminhamentos.....	27
9. Encerramento.....	31



1. Introdução

Por tratar de temáticas tão críticas, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana está sensível às demandas da população e trabalha para a correção das distorções históricas na organização da sociedade goiana, buscando sempre a democratização do acesso ao espaço urbano e rural.

A habitação constitui um direito humano fundamental garantido pela Constituição Federal, tanto em seu artigo 6º, que inclui a moradia dentre os direitos sociais, quanto em seu artigo 5º XI, que define a casa como asilo inviolável do indivíduo. Da mesma maneira, a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, referência para os mais importantes tratados internacionais, também reconhece a habitação como direito elementar do indivíduo. Sem um lugar adequado para proteger a si e à sua família e desfrutar de sua privacidade, fica impedido o homem de exercer plenamente sua cidadania. Por essa razão, é dever irrenunciável do Poder Público, no que se insere a finalidade desta comissão, viabilizar às famílias que ainda não possuem casa própria o acesso à moradia digna e regular, visando reduzir a desigualdade social e elevar a qualidade de vida da população.

No tocante aos direitos de acesso à terra, também está estabelecida pela nossa Constituição (art. 184) a reforma agrária como alternativa para se fazer cumprir a função social da propriedade rural. O uso inadequado da terra atrasa o desenvolvimento social e econômico do país, e impede o bem-estar da comunidade. Nesse contexto, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana atua para promover a exploração racional do solo, e assim fomentar o desenvolvimento sustentável, a desconcentração da estrutura fundiária e a redução da violência e da pobreza no campo.

Outro aspecto positivo possibilitado pela reforma agrária e apoiado pela comissão é a agricultura familiar, que desempenha papel fundamental no abastecimento de alimentos e na geração de renda. A agricultura familiar ainda se sobressai por adotar práticas ambientalmente mais sustentáveis, em função, principalmente de sua característica de produção em pequena escala e por evitar os riscos inerentes às monoculturas de grandes propriedades. Segundo o relatório da



Organização das Nações Unidas (ONU), "Estado Mundial da Agricultura e Alimentação", a agricultura familiar tem potencial de colaborar na erradicação da fome mundial e alcançar a segurança alimentar sustentável, já que produz cerca de 80% dos alimentos consumidos e preserva 75% dos recursos agrícolas do planeta.

Por fim, com relação ao espaço urbano, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana prioriza as ações que busquem construir cidades mais justas, humanas e acessíveis em nosso estado. Dessa forma, objetiva-se promover o pleno desenvolvimento da função social da cidade, por meio do combate à especulação imobiliária, da ampliação das políticas de mobilidade urbana e da melhoria das condições de infraestrutura das cidades, especialmente das áreas periféricas.



2. Composição da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

2.1. Deputados Membros

Presidenta



Deputada Isaura Lemos (PC do B)

Vice-Presidente



Deputado Carlos Antonio (PSDB)



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



2.1.1. Deputados Titulares



Deputado Humberto Aidar (PT)



Deputado Sérgio Bravo (PROS)



Deputado Marlúcio Pereira (PSB)



Deputado Nédio Leite (PSDB)



Deputado Jean Carlo (PHS)¹

¹ O deputado Jean Carlo (PHS) passou a integrar esta comissão no 2º semestre deste ano, em substituição ao deputado Victor Priori (PSDB).



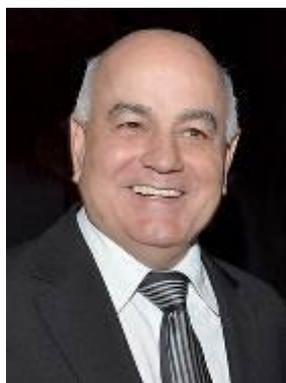
**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
A CASA DO POVO



2.1.2. Deputados Suplentes



Deputado
Álvaro Guimarães (PR)



Deputado
Hélio de Sousa (PSDB)



Deputado
Henrique Arantes (PTB)



Deputado
Iso Moreira (PSDB)



Deputado
Luis César Bueno (PT)



Deputado
Marquinho Palmerston (PSDB)



Deputado
Paulo César Martins (PMDB)



2.2. Equipe Técnica

- Valdivino Edson de Azevedo – Analista Legislativo / Secretário
- Edson Yoiti Haga – Analista Legislativo
- Marcela Ferreira Souza de Miranda – Analista Legislativo
- Mary Anne Rodrigues Araújo – Agente Legislativo
- Érika Akemi Bernardes Iwamoto – Estagiária de Direito
- Janaína de Cássia Sousa Silva – Estagiária de Direito

3. Atribuições da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Conforme estabelece o art. 45 do regimento interno desta casa de leis, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana tem como missão:

- Tratar das políticas pertinentes a Habitação, Reforma Agrária e Urbana no âmbito do Estado de Goiás;
- Promover estudos e levantamentos das áreas disponíveis ou próprias ao atendimento da demanda real, para a habitação urbana e assentamentos rurais, implementando a reforma agrária e urbana;
- Buscar o desenvolvimento planejado e harmônico, preservando o meio ambiente, para os municípios de Goiás, assim como buscar a correção das anomalias já existentes;
- Priorizar o atendimento aos moradores das áreas de risco, favelas e aos portadores de deficiências, propondo regularização da documentação das posses ou loteamentos organizados;
- Fiscalizar e garantir a elaboração criteriosa da lista limpa de todos os beneficiários dos programas habitacionais e de assentamentos rurais organizados nos últimos governos;
- Propor a desapropriação de área para fins sociais visando atender às necessidades urbanas e rurais, bem como a aquisição de lotes urbanizados para serem adquiridos por famílias carentes, com prioridade aos portadores de deficiências e favelados;



- Garantir junto aos órgãos competentes orientação técnico-jurídica para os assentamentos urbanos e rurais em cada município.

4. Reuniões Ordinárias

Data	Deputados Participantes	Pauta
15/03	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Marlúcio Pereira e Humberto Aidar	Definição da presidência e vice-presidência da comissão e alterações na composição da equipe técnica
23/05	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Humberto Aidar e Luis Cesar Bueno	Designação do dep. Carlos Antonio como relator do projeto de lei nº 2017000667, de autoria do dep. Humberto Aidar
31/05	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Humberto Aidar, Luis Cesar Bueno, Marlúcio Pereira e Victor Priori	Apreciação do relatório e votação do parecer do dep. Carlos Antonio sobre o projeto de lei nº 2017000667, de autoria do dep. Humberto Aidar
04/10	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Humberto Aidar, Marlúcio Pereira, Nédio Leite e Jean Carlo	Proposta de realização de audiência pública sobre a regularização fundiária do Residencial Santa Marta
16/11	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Humberto Aidar, Marlúcio Pereira e Nédio Leite	Apresentação dos resultados da audiência pública realizada no Residencial Santa Marta
12/12	Isaura Lemos, Carlos Antonio, Sérgio Bravo, Humberto Aidar, Marlúcio Pereira, Nédio Leite e Jean Carlo	Apresentação dos resultados da audiência pública realizada no Residencial Real Conquista



5. Projetos de Lei

5.1. Projetos de lei relatados

Foi recebido o projeto de lei nº 2017000667, de autoria do deputado Humberto Aidar, relacionado à temática de habitação, o qual foi relatado e votado no âmbito desta comissão, bem como encaminhado ao departamento competente de modo a seguir seu trâmite regular na Casa.

Nº do Processo	Data de Autuação	Autor	Assunto	Relator	Parecer
2017000667	07/03/2017	Dep. Humberto Aidar	Torna obrigatória a divulgação oficial da lista dos inscritos nos programas habitacionais no Estado de Goiás	Dep. Carlos Antônio	Favorável

5.2. Projetos de lei apresentados

Destacam-se ainda os projetos de lei relacionados abaixo, de autoria da deputada Isaura Lemos e do deputado Marlúcio Pereira, ambos titulares desta comissão, que versam sobre questões relativas a habitação e mobilidade urbana, e que foram apresentados neste ano.



Nº do Processo	Data de Autuação	Autor	Assunto
2017000701	09/03/2017	Dep. Marlúcio Pereira	Institui o programa Bike GO, que gera benefícios aos servidores públicos estaduais que vão trabalhar de bicicleta.
2017000755	14/03/2017	Dep. Isaura Lemos	Altera a Lei nº 17.155, de 17 de setembro de 2010, para dispor sobre a reserva de recursos do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS - para mulheres vítimas de violência doméstica.
2017001002	29/03/2017	Dep. Marlúcio Pereira	Dispõe sobre a instalação de câmeras de vídeo e ares-condicionados no transporte coletivo da região metropolitana do Estado de Goiás.
2017001279	11/04/2017	Dep. Marlúcio Pereira	Dispõe que todos os pontos de ônibus localizados na região metropolitana de Goiânia, cuja responsabilidade seja do poder público do Estado, sejam identificados, cobertos e iluminados.
2017001384	18/04/2017	Dep. Marlúcio Pereira	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas prestadoras de serviços de transporte intermunicipal de passageiros oferecerem, anualmente, curso de reciclagem de primeiros socorros aos motoristas.
2017002213	13/06/2017	Dep. Isaura Lemos	Garante o direito ao fornecimento dos serviços públicos essenciais às



			populações que possuam moradia fixada em áreas não regularizadas.
2017002214	13/06/2017	Dep. Isaura Lemos	Dispõe sobre a prioridade na alienação de imóveis do poder público do Estado de Goiás para cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos, objetivando a construção de moradias populares.
2017004022	10/10/2017	Dep. Isaura Lemos	Dispõe sobre o apoio a iniciativas de comercialização direta entre agricultores familiares e consumidores e dá outras providências.

Os processos 2017002214, 2017002213 e 2017004022, da deputada Isaura Lemos, assim como os processos 2017001384 e 2017001279, do deputado Marlúcio Pereira, encontram-se em trâmite na Casa. Já os processos 2017000701, 2017000755 e 2017001002 foram arquivados.



6. Audiências Públicas

Ao longo de 2017, foram realizadas 6 audiências públicas com o intuito de fomentar o debate democrático e propor soluções para as problemáticas apresentadas pela sociedade.

Data	Local	Presidente da Mesa	Tema
06/04	Assembleia Legislativa	Dep. Isaura Lemos	Projeto de Lei que cria o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO)
25/05	Res. Valéria Perillo - Senador Canedo	Dep. Carlos Antonio	Regularização das escrituras do Residencial Valéria Perillo
01/06	Assembleia Legislativa	Dep. Isaura Lemos	Regularização fundiária da Fazenda Monjolo
07/11	Res. Santa Marta - Goiânia	Dep. Isaura Lemos	Regularização fundiária do Residencial Santa Marta
28/11	Res. Morada Nova - Anápolis	Dep. Carlos Antonio	Regularização fundiária do Residencial Morada Nova
07/12	Res. Real Conquista - Goiânia	Dep. Isaura Lemos	Regularização dos imóveis do Residencial Real Conquista



6.1. Regularização fundiária da Fazenda Monjolo, em Turvelândia

Data: 1º de junho

Local: Auditório Costa Lima – Assembleia Legislativa de Goiás

Integrantes da mesa:

- Deputada estadual Isaura Lemos (PC do B), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Deputado estadual Álvaro Guimarães (PR);
- Deputado estadual Lissauer Vieira (PSB);
- Reila Aparecida Naves de Farias (PMDB), prefeita de Turvelândia;
- Ozório Nunes de Paula (PR), presidente da Câmara Municipal de Turvelândia;
- Alair Luis dos Santos, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FETAEG);
- Uilson César Areba da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvelândia;
- Andreia Gonçalves, advogada dos produtores da comunidade Monjolo;
- Cleuton Cesar Ripol de Freitas, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).



Foto: Y. Maeda

Convocada pela deputada Isaura Lemos, a audiência teve por objetivo debater a situação das 140 famílias que ocupam a Fazenda Monjolo, localizada no município de Turvelândia, e que receberam uma ordem judicial de despejo. Os agricultores estão instalados no local há cerca de 20 anos desenvolvendo agricultura familiar.

“Trata-se de uma fazenda de massa falida, entregue ao Banco do Brasil e ocupada por essas famílias. O antigo proprietário tinha interesse e começou a construir um cassino de jogos no local. Na época tivemos o apoio do governador Marconi Perillo (PSDB), que recebeu uma comissão e chegou à conclusão de que essas famílias precisavam estar ali”, explicou a deputada Isaura Lemos. Ela acrescentou também que as diversas tentativas de retirar a comunidade da área nunca tiveram êxito porque os agricultores são profissionais. “Eles conseguem safras de alta produtividade, e não é justo expulsá-los, fechar a porteira e deixar as terras ali desocupadas”. Por essa razão, a parlamentar defende que deve haver atuação tanto no campo político como no campo jurídico para barrar o processo de despejo que está em andamento, uma vez



que é um direito dos trabalhadores permanecer onde estão. “Assim eles tornam a terra produtiva e dão efetividade à função social da propriedade”, concluiu.

6.2. Regularização das escrituras do Residencial Valéria Perillo, em Senador Canedo

Data: 25 de maio

Local: Escola Municipal João Pereira dos Santos, Residencial Valéria Perillo – Senador Canedo

Integrantes da mesa:

- Deputado estadual Carlos Antonio (PSDB), vice-presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Deputado estadual Sérgio Bravo (PROS), titular da comissão e representante de Senador Canedo;
- Reinaldo Alves, secretário municipal de administração de Senador Canedo, representando o prefeito Divino Lemes (PSDB);
- Rodrigo Rosa (PRTB), presidente da Câmara Municipal de Senador Canedo;
- Sérgio Augusto Almeida, gerente de regularização fundiária da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB);
- Wender de Paula, representante da Associação Pró-Melhoramento do Residencial Valéria Perillo;
- Pedro Edivânio, agente de saúde e líder comunitário;
- Fernando Marques, líder comunitário.



Foto: Y. Maeda

Realizado pelo deputado Carlos Antonio, vice-presidente desta comissão, o encontro atendeu a um pedido da associação de moradores do Residencial Valéria Perillo, que anseiam por regularizar suas moradias. “O que nós queremos é fazer com que o processo ande e que aqueles moradores tão angustiados possam ter as suas devidas escrituras”, explicou o parlamentar. A regulamentação fundiária do local faz parte do programa “Casa Legal – Sua Escritura na Mão”, do Governo de Goiás, e está sendo executado pela AGEHAB. O deputado Carlos Antonio ressaltou ainda que a entrega das escrituras deve ser feita no máximo dentro de três meses, devido ao trâmite legal. E complementou que o governador Marconi Perillo vem se empenhando para conseguir isenção da taxa de averbação para os moradores.



6.3. Projeto de lei que cria o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Goiânia (CODEMETRO)

Data: 06 de abril

Local: Auditório Solon Amaral – Assembleia Legislativa de Goiás

Integrantes da mesa:

- Deputada estadual Isaura Lemos (PC do B), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Deputado estadual Carlos Antonio (PSDB), vice-presidente da comissão;
- Marcelo de Oliveira Sáfyadi, superintendente executivo de assuntos metropolitanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (SECIMA), também representando o governador Marconi Perillo (PSDB);
- Júlio César Costa, representante da SECIMA;
- Gustavo Mendanha (PMDB), prefeito de Aparecida de Goiânia;
- Veter Martins Moraes (SD), vice-prefeito de Aparecida de Goiânia;
- Antonio de Pádua, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (CREA-GO);
- Rafael Viegas, representante da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR).



Foto: Sergio Rocha

Por iniciativa da deputada Isaura Lemos, presidenta desta comissão, a audiência pública teve o intuito de discutir e propor possíveis emendas ao projeto de Lei Complementar nº 3725/16, de autoria da Governadoria, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Goiânia e a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana (CODEMETRO). Resultado do trabalho desenvolvido pela SECIMA, o projeto objetiva aprimorar a originária Lei Complementar nº 27/99, que criou a Região Metropolitana de Goiânia (RMG).

A medida em debate, que está em trâmite na casa, visa delinear a gestão compartilhada entre os entes federativos dos serviços públicos essenciais, incluindo transporte público coletivo, abastecimento de água e esgotamento sanitário, gestão integrada de resíduos sólidos e ocupação e uso do solo metropolitano e drenagem urbana.

A deputada Isaura Lemos pontuou a importância do tema para o desenvolvimento econômico e social da região metropolitana. “Essa é uma questão que exige um debate amplo e democrático. Cerca de 2,4 milhões de pessoas moram nessa região. Por isso, uma ação coordenada do poder público que englobe estado e



municípios é fundamental para que demandas importantes possam ser atendidas de forma estratégica”, declarou.

O superintendente Marcelo Sáfadi disse que a reunião foi de fundamental importância para discussão do plano. “Com os municípios integrantes trabalhando de forma conjunta, até 30% de economia pode ser alcançada nos custos dos serviços públicos. Adicionalmente, o projeto fortalece a governança da região metropolitana, pois os problemas entre os municípios passam a ter um foro de discussão, além de facilitar a participação popular”, completou ele.

6.4. Regularização fundiária do Residencial Santa Marta, em Goiânia

Data: 07 de novembro

Local: Escola Estadual Santa Marta, Residencial Santa Marta – Goiânia

Integrantes da mesa:

- Deputada estadual Isaura Lemos (PC do B), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Sérgio Augusto Almeida, gerente de regularização fundiária da AGEHAB;
- Professora Carla Raquel, diretora da Escola Estadual Santa Marta.



Foto: André Luiz Nascimento

A audiência pública para discutir a regularização do Residencial Santa Marta contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas. O bairro surgiu com a fundação da Colônia Santa Marta, na década de 40, para abrigar os pacientes de hanseníase. Devido à falta de tratamento curativo à época, os pacientes tinham que ser isolados para evitar o contágio de mais pessoas, o que só aumentou o preconceito contra os doentes, que ficaram estigmatizados como “leprosos”. Posteriormente, após a extinção da colônia, as ocupações na região começaram a crescer com a chegada de familiares e amigos dos ex-internos e ex-funcionários, além de outras famílias em busca de um local para morar.

Segundo o gerente de regularização fundiária da AGEHAB, Sérgio Augusto, há alguns entraves técnicos e jurídicos bastante particulares que dificultam a regularização do Residencial Santa Marta. O principal deles é um processo de litígio que tramita na justiça há vários anos entre o Estado de Goiás e os herdeiros do antigo proprietário da fazenda, cujas terras foram doadas para o Estado para a construção da colônia. O gerente da AGEHAB esclareceu também que o procedimento de



regularização fundiária é complexo porque envolve diversas etapas para garantir a segurança da própria comunidade e do meio ambiente. É preciso garantir, por exemplo, que não sejam feitos loteamentos em áreas de preservação permanente ou em áreas de risco. No caso do Residencial Santa Marta, há registro de ocupações em locais inapropriados, como às margens de córregos, nascentes, na faixa de domínio da rodovia GO-403 e até mesmo na faixa de servidão de um oleoduto da Petrobras.

Entretanto, a deputada Isaura Lemos tranquilizou os moradores presentes afirmando que não há ameaça para a grande maioria das famílias, que não se encontram às margens da rodovia nem em nenhum outro local inadequado. Acrescentou que a sociedade goiana jamais apoiaria a desumanidade de desabrigar famílias que habitam a região há mais de 10, 20 ou 30 anos, e que não há nenhuma intenção por parte do Estado de proceder dessa forma.

6.5. Regularização fundiária do Residencial Morada Nova, em Anápolis

Data: 28 de novembro

Local: Centro Comunitário do Setor Filostro Machado – Anápolis

Integrantes da mesa:

- Deputado estadual Carlos Antonio (PSDB), vice-presidente da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Américo Ferreira (PSDB), vereador de Anápolis;
- Erivelson Borges Filho, secretário municipal de cultura, representando o prefeito de Anápolis Roberto Naves (PTB);
- Maurício Nota 10 (PR), suplente de vereador de Anápolis;
- José Chaveiro (PMN), suplente de vereador de Anápolis;
- Dito Floriano, presidente da Associação de Moradores do Jardim Petrópolis e Teresinha Braga;
- Sérgio Augusto Almeida, gerente de regularização fundiária da AGEHAB.



A audiência pública presidida pelo deputado Carlos Antônio, vice-presidente desta comissão, teve como objetivo prestar esclarecimentos sobre a regularização fundiária do Residencial Morada Nova. Mais de 100 moradores participaram da reunião. O deputado destacou que conforme informações da Gerência de Regularização Fundiária da AGEHAB, 62 famílias estão aptas a serem beneficiadas com a assinatura das escrituras já em dezembro deste ano. As demais famílias (cerca de 40) deverão ser cadastradas pela AGEHAB em janeiro de 2018, para posterior recebimento do documento.

6.6. Regularização dos imóveis do Residencial Real Conquista, em Goiânia

Data: 07 de dezembro

Local: Escola Municipal Renascer, Residencial Real Conquista – Goiânia

Integrantes da mesa:

- Deputada estadual Isaura Lemos (PC do B), presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana;
- Raimundo Coelho, diretor de regularização fundiária da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação de Goiânia;



- Professor Magalhães, técnico da diretoria de regularização fundiária da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação de Goiânia;
- Eronilde Nascimento, líder comunitária, diretora do Instituto Memória e Resistência;
- Valdivino Edson Azevedo, secretário da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana.



Foto: André Luiz Nascimento

Com público de aproximadamente 400 pessoas, o evento presidido pela deputada Isaura Lemos levou à comunidade do Real Conquista esclarecimentos acerca das escrituras dos imóveis. O bairro surgiu em 2006 para abrigar as famílias que foram retiradas do Parque Oeste Industrial, num episódio que foi marcado por muita violência. Na ocasião, uma ordem judicial determinou que as quase três mil famílias fossem retiradas de uma área particular que haviam ocupado. Houve resistência, e o confronto com a polícia resultou em duas mortes e dezenas de feridos.

Das 2.340 moradias entregues, 1.184 são de responsabilidade do Estado e 1.156 do Município de Goiânia. Os imóveis pertencentes ao Estado encontram-se em



estágio mais avançado de regularização, com previsão de entrega de parte das escrituras nos próximos meses. Já a parcela do Município ainda carece de uma adequação na legislação municipal, o que gerou a maior parte dos questionamentos por parte dos moradores presentes.

O técnico da prefeitura Magalhães esclareceu que uma nova lei federal foi aprovada em julho deste ano, e trouxe avanços para o setor, pois reduziu o custo das escrituras para as famílias de baixa renda. “Nossa lei municipal de regularização fundiária não contemplava essas melhorias, por isso precisamos adequá-la, para maior segurança dos próprios beneficiários”, frisou Magalhães. Portanto, um novo projeto de lei foi escrito e deve ser apresentado à Câmara ainda este ano. Somente após aprovação dessa lei é que os processos de regularização fundiária do Município poderão ser retomados.

A deputada Isaura lembrou a luta no Parque Oeste Industrial. “Nós testemunhamos o sofrimento das famílias na desocupação, quando viram suas casas no chão, e depois viveram de forma precária em ginásios e acampamentos provisórios. Por isso nós reconhecemos que a escritura é um direito legítimo de vocês. Quem tem casa, tem raiz. E quem tem casa, quer a escritura para se sentir seguro”, se solidarizou a parlamentar.

7. Reuniões

No segundo semestre, a Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana mediou duas reuniões entre a Comissão de Conflitos Fundiários do Estado e líderes de movimentos pela reforma agrária que receberam mandados de reintegração de posse. O intuito da comissão é buscar sempre soluções pacíficas para os conflitos agrários.

Outra reunião relevante foi realizada pelas equipes técnicas da comissão e da AGEHAB, a fim de levantar informações atualizadas sobre diversos processos de regularização fundiária urbana em andamento no Estado. Dessa maneira, a comissão fortalece sua missão de auxiliar os cidadãos na busca de informações de qualidade dentro das temáticas de sua competência.



Adicionalmente, a deputada Isaura Lemos, presidenta da comissão, intercedeu junto à Caixa Econômica Federal por recursos para assentados de Ipameri. E por fim, a presidenta da comissão ainda recebeu, em seu gabinete, representantes de entidades e movimentos sociais de luta pela agricultura familiar. O encontro produziu desdobramentos posteriores no sentido de propor alterações no orçamento de 2018 que criem melhores condições para a agricultura familiar desenvolvida nos assentamentos.

Data	Autoridades	Tema
20/04	Eurípedes Malaquias de Souza, superintendente regional do INCRA em Goiás	Assuntos pertinentes aos assentamentos Mosquito, Mata do Baú e Che, situados, respectivamente, na Cidade de Goiás-GO e em Itaberaí-GO
15/05	Ricardo Brisolla Balestreri, secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás	Demandas diversas dos bairros da capital em relação à segurança pública
06/09	Coronel Edson Costa Araújo, presidente da Comissão de Conflitos Fundiários da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás	Reintegração de posse da Fazenda Pacu, em Jaupaci-GO
31/10	Coronel Edson Costa Araújo, presidente da Comissão de Conflitos Fundiários da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás	Reintegração de posse da Fazenda Bom Jesus/Varginha, em Indiara-GO



24/11	Equipe técnica da Gerência de Regularização Fundiária da AGEHAB	Processos de regularização fundiária urbana em andamento no Estado
06/12	Gerência de Projetos Habitacionais da Caixa Econômica Federal	Financiamento para as famílias do assentamento Olga Benário, em Ipameri-GO
07/12	Líderes de entidades e movimentos sociais pela reforma agrária	Proposta de criação do Fundo Estadual da Agricultura Familiar e outras demandas do setor agrícola

8. Encaminhamentos

Em nome da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana, a deputada Isaura Lemos encaminhou os ofícios relacionados abaixo para atender a demandas diversas da comunidade.

Data	Destinatários	Assunto
28/03/2017	Governador Marconi Perillo e Presidente da AGEHAB, Sr. Luiz Antônio Stival Milhomens	Solicitadas providências para a regularização fundiária urbana do Setor Pedro Ludovico em Goiânia-GO.
20/04/2017	Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Sr. Ricardo	Solicitado reforço policial nas regiões leste, oeste, noroeste e sudoeste da capital.



	Brisolla Balestreri	
20/04/2017	Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Sr. Ricardo Brisolla Balestreri	Solicitado reforço policial nos municípios de Abadia de Goiás, Goianira e Hidrolândia, em atendimento ao pedido feito por moradores da região, frente ao elevado índice de assaltos a residências e escolas durante o dia.
26/04/2017	Secretário de Governo de Goiânia, Sr. Samuel Guilsimar Almeida	Solicitado auxílio no transporte de 150 famílias para o município de Monte Alegre de Goiás, onde seriam assentados na Fazenda Bezerra de Baixo.
26/04/2017	Presidente da CELG, Sr. Bráulio Afonso Morais	Solicitada a instalação de rede elétrica para as 150 famílias de assentados da reforma agrária na Fazenda Bezerra de Baixo, em Monte Alegre de Goiás.
15/05/2017	Superintendente do INCRA em Goiás, Sr. Eurípedes Malaquias de Souza	Solicitada viabilização na execução do projeto de infraestrutura do assentamento Olga Benário, município de Ipameri-GO, o qual prevê a instalação de poço artesiano, sistema de reservatório em caixas d'água e melhoria das estradas vicinais.
01/06/2017	Governador, Exmo. Sr. Marconi Perillo	Solicitada audiência, em caráter de urgência, para discutir a regularização fundiária da comunidade de assentados na Fazenda Monjolo, município de Turvelândia-GO.
21/06/2017	Governador, Exmo. Sr. Marconi Perillo	Encaminhado pedido do vereador de Formosa Acinemar Gonçalves Costa (Nema), solicitando a disponibilização de kits de irrigação para os assentamentos de reforma agrária: São



		Francisco de Assis, Água Fria, Barra 1, Barra Verde, Morrinhos, Florinda, Fartura, Junco e Brejão.
05/09/2017	Secretário de Segurança Pública e Administração Penitenciária de Goiás, Sr. Ricardo Brisolla Balestreri	Solicitadas medidas preventivas por parte da Polícia Militar para evitar iminente invasão aos apartamentos em fase final de construção no Bairro Chácara São Pedro, em Aparecida de Goiânia-GO.
12/09/2017	Juiz de Direito da 1ª Vara Cível de Fazenda Nova-GO, Dr. Eduardo Perez Oliveira	Solicitada prorrogação do prazo para saída dos agricultores da Fazenda Pacu, para que se possa concluir o levantamento da cadeia dominial, a fim de apurar se o imóvel em questão se trata de terras devolutas.
21/09/2017	Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras (AGETOP) Sr. Jayme Eduardo Rincón	Solicitada a relação dos processos administrativos e judiciais movidos pela AGETOP para reintegração de posse das áreas situadas no Residencial Santa Marta, em Goiânia-GO.
29/09/2017	Superintendente Regional da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Sr. Sidnei de Souza e Silva	Solicitação de cestas básicas para as famílias acampadas na Fazenda Bom Jesus da Varginha, em Indiara.
29/09/2017	Superintendente do	Solicitação de cestas básicas para as famílias



	INCRA em Goiás, Sr. Eurípedes Malaquias de Souza	acampadas na Fazenda Bom Jesus da Varginha, em Indiara.
04/10/2017	Governador, Exmo. Sr. Marconi Perillo	Solicitada especial atenção para as providências necessárias à regularização fundiária do Residencial Santa Marta em Goiânia-GO.
04/10/2017	Governador, Exmo. Sr. Marconi Perillo	Solicitada prioridade no atendimento, dentro dos programas habitacionais do Estado, das famílias que ocupam áreas de risco no Residencial Santa Marta, Goiânia-GO.
11/10/2017	Presidente da AGEHAB, Sr. Luiz Antonio Stival Milhomens	Solicitadas informações atualizadas acerca dos processos de regularização fundiária dos bairros Anhanguera, Parque Anhanguera e Jardim Europa, em Goiânia-GO.
11/10/2017	Presidente da AGEHAB, Sr. Luiz Antonio Stival Milhomens	Solicitadas informações atualizadas acerca do processo de regularização fundiária do Residencial Santa Marta em Goiânia-GO.
08/11/2017	Secretário de Estado da Fazenda, Sr. João Furtado de Mendonça Neto	Solicitado o demonstrativo financeiro referente ao orçamento anual dos exercícios de 2016 e 2017, com os valores previstos e realizados em cada exercício para a agricultura.
09/11/2017	Promotor de Justiça de Goiandira, Dr. Lucas Arantes Braga	Solicitada averiguação das denúncias apresentadas pelo vereador Romes Antônio da Silva a respeito de supostas irregularidades na construção da barragem Idevan Ferreira de Melo, no Ribeirão Pari.



16/11/2017	Diretor de Infraestrutura e Redes da CELG, Sr. Carlos Omar Arriagada Retamal	Solicitada substituição do transformador de distribuição de energia elétrica que atende a Escola Estadual Santa Marta, em Goiânia-GO, para que a direção da escola possa colocar em funcionamento os equipamentos do laboratório de informática.
27/11/2017	Diretor de Infraestrutura e Redes da CELG, Sr. Carlos Omar Arriagada Retamal	Solicitadas informações e providências com relação às constantes interrupções no fornecimento de energia elétrica em Goiandira-GO, relatadas pela população e apresentadas pelo vereador Romes Antônio da Silva.

9. Encerramento

É com muita alegria que encerramos mais uma sessão legislativa nesta casa de leis, com orgulho por todo o trabalho intenso que realizamos e por todos os desafios que superamos com proatividade e determinação.

Que todas as conquistas sejam exaltadas e todos os feitos sejam lembrados, para que este ano termine em grande estilo e dê lugar a um novo ano que trará voos ainda mais altos para todos nós.



Deputada Estadual Isaura Lemos

Presidenta da Comissão de Habitação, Reforma Agrária e Urbana

Assembleia Legislativa do Estado de Goiás